

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** Belém, Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 1988. 196p. (Coleção Igarapé).

A autora é amazonense, socióloga, mestre em Planejamento do Desenvolvimento, professora de Ciência Política da UFPA e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA. Possui vários artigos publicados, participou de várias pesquisas desenvolvidas pelo NAEA e atualmente coordena os seguintes projetos: “Estrutura fundiária dos castanhais do Tocantins” e “A Reforma Agrária do polígono castanheiro do Tocantins”.

Este livro resulta dos estudos empreendidos pela professora Marília Ferreira EMMI para elaboração de sua dissertação de mestrado, defendida em junho de 1985, em Belém.

“O objetivo principal deste trabalho consistiu em estudar as relações entre a transformação da estrutura fundiária e as mudanças do poder político em Marabá”. Para isto, resgata a sua história, em detalhes, apresentando novos dados a sua compreensão. O município teria se originado de um burgo agrícola, constituído em fins do século passado (1895) por adeptos do florianista Carlos Gomes Leitão, após sofrerem derrota em Boa Vista do Tocantins, hoje Tocantinópolis. A luta então deflagrada tinha por razões as divergências políticas surgidas após a Proclamação da República, em 1889, entre os partidários de Floriano Peixoto e os de Deodoro da Fonseca. Instalado o Burgo, com subvenção do Governo do Pará, houve um deslocamento do primeiro local, por “problemas relacionados com a insalubridade do lugar”, para área mais propícia. Desde o início, a economia do Burgo e da povoação se baseia na exploração da borracha do caucho, da madeira, da castanha, da atividade agrícola e da criação de gado. Marabá se torna município por lei estadual de nº 1.278 de 27 de fevereiro de 1913.

Uma boa revisão bibliográfica conduz à definição de oligarquia como elemento do poder econômico e político, expresso na região com características próprias, diferenciadas da oligarquia nordestina: “. . . quando me refiro à oligarquia no Tocantins estou fazendo alusão a grupos constituídos em torno de famílias ou empresas que vêm controlando a atividade econômica principal da área – a coleta e o comércio da casta-

na". O Tocantins ascende como produtor de castanha na década de 20, precisamente a partir de 1927, quando Marabá passa a primeiro lugar, suplantando Alenquer e Óbidos, e fornecendo 60% do total estadual deste produto.

O monopólio desta exploração é exercido por um grupo reduzido de comerciantes, que também exercem o poder de "donos" ou "arrendatários" dos castanhais. O processo de apropriação destes se dá dentro de um jogo de favorecimento aos correligionários políticos em detrimento dos adversários. A cessão é feita por contratos renováveis em períodos previstos. Entre os mais aquinhoados neste jogo se encontram o ex-governador Deodoro de Mendonça e a família Mutran, esta última ainda hoje representando interesses ligados à exploração da castanha na região.

Estes oligarcas se mantêm até as transformações provocadas pelo golpe militar de 1964, que traz em seu eixo os interesses do capital industrial, responsável pelo deslocamento do centro do poder. A economia deixa de ser baseada apenas no extrativismo vegetal e incorpora novas formas de produção: a mineração industrial, a pecuária, a construção civil e o comércio assumem novo papel na região. A função da terra se modifica, deixando de ser associada ao mero extrativismo. Empresas multinacionais demonstram interesse na área, e em 1967 é descoberta a província mineral de Carajás.

Os partidos políticos desta época trazem contradições intestinais. Na ARENA encontravam-se partidários de Alacid Nunes e Jarbas Passarinho, representando interesses diferenciados, embora tivessem a mesma perspectiva de apoio ao regime da época. Em 1979 são extintos a ARENA e o MDB, abrindo-se o espaço para a constituição de novo quadro partidário, agora com cinco partidos: PDS, PMDB, PDT, PTB e PT. No PDS o Major Curió surge como expressão, egresso do movimento de repressão ocorrido em meados da década de 70. Representa os militares. Por outro lado, a Igreja Católica e os novos partidos políticos expressam interesses diferentes daqueles dos donos dos castanhais.

Os conflitos fundiários afloram num confronto aberto entre trabalhadores rurais apoiados pela Igreja Católica, contra latifundiários cada vez mais agressivos na defesa de seus interesses. A presença de pistoleiros na área e o envolvimento gradativo da polícia e do exército tomam proporções nacionais. Dois padres e 13 posseiros são condenados num ruidoso processo. A Igreja abre baterias e o Estado responde com igual intensidade. Os trabalhadores rurais se organizam em sindicatos e começam a amealhar vitórias. A reação dos "donos" de castanhais se faz vigorosa, através do Sindicato Rural de Marabá, incluindo desde a formação de uma Guarda para reforço das milícias particulares dos fazendeiros, até memoriais encaminhados aos diversos órgãos do setor público, propondo a efetivação do domínio pelo fornecimento de títulos definitivos de propriedade.

A perda do poder local, a organização crescente dos trabalhadores rurais e a contradição com outras facções do bloco no poder impedem o eco das solicitações dos oligarcas da castanha, cada vez mais enfraquecidos. Os castanhais vão sendo ocupados e a luta na esfera jurídica permanece, com diversas propostas de desapropriação de um lado, acompanhadas de solicitação da reintegração de posse, por outro.

"A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais" reflete as transformações que ocorreram na história de Marabá, e apresenta uma dinâmica que desperta para

possíveis desdobramentos. A região é, agora, incorporada ao programa Grande Carajás e ao Pólo Siderúrgico que ali se implanta.

Numa linguagem clara, as modificações nas relações econômicas, sociais e políticas vão sendo didaticamente expostas. Delimitam-se, no estudo, as classes sociais que interagem ao longo do tempo, as diversas fases do processo de trabalho nos castanhais, a lógica de dominação e subordinação características do capitalismo e as formas de luta desenvolvidas por cada uma das facções envolvidas.

A fragilidade da organização social frente a diretrizes políticas e econômicas fica patente neste trabalho. Pesa sobretudo o fato de ser ele sobre uma área onde se instala, velozmente, o Pólo Siderúrgico de Carajás, ameaçando os mesmos camponeses que há algum tempo vêm tentando criar raízes a custo de sangue e a despeito de uma Reforma Agrária anêmica. Vale ainda ressaltar que, na Amazônia, um município tem dimensões que equivalem a muitos quilômetros quadrados. Onde se lê Marabá ou Tocantins, portanto, ponham-se as devidas lentes e a escala adequada.

“A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais” de Marília Ferreira Emmi, deve ser lido por todos aqueles que têm interesse em saber do processo de ocupação da Amazônia e das transformações mais recentes ocorridas na região.

Gutemberg Armando Diniz Guerra
EMBRAPA/CPATU